

-----ATA NÚMERO 43/2014-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM TREZE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E
CATORZE.**-----

-----Aos treze dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Domingos Manuel Martins Rodrigues, Dr. Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Eng. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade e Eng. João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente o Dr. Ilidio Américo Silva, diretor do Departamento de Contratação Pública.-----

---Presente, ainda, a Senhora Dra. Alicia Maria Faria Abreu, da Mudança, que preenche, ao abrigo do disposto no artigo 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência da Senhora Vereadora Dra. Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, da Mudança.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

AUSÊNCIAS: - Verificou-se não estar presente a Senhora Vereadora Dra. Maria Madalena Sacramento Nunes, cuja falta foi justificada pelo Senhor Presidente.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO: - A Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, iniciou este período com uma observação ao Orçamento Participativo. Disse ter constatado que a Universidade da Madeira tem sete propostas aprovadas, quando o máximo previsto seriam de cinco, de acordo com o Regulamento aprovado. E perguntou o seguinte: “tendo em conta que houve um empate nalgumas propostas, porque não se procedeu a uma nova votação apenas em relação às propostas que tinham obtido a mesma pontuação?”-----

----- - O Senhor Vereador Domingos Rodrigues esclareceu que a razão prendia-se com o facto de ter havido sete propostas com a mesma votação, situação que não estava prevista. “O regulamento tem as suas lacunas por ser a primeira vez que existe o Orçamento Participativo e teremos de ajustar e no futuro alterar e melhorar”, frisou.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente interveio dizendo que o princípio inerente ao Orçamento Participativo é de

que quanto mais propostas melhor. Havendo casos omissos no Regulamento é mais sensato fazer as propostas passarem à fase seguinte do que as prejudicar. Existem situações em que uma proposta não teve votos para ser aceite numa determinada reunião, mas tendo sido levada a outra, acabou por ser aprovada, exemplificou.-----

-----A Senhora Vereadora Vanda de Jesus disse ser de opinião que, no futuro, se regule os casos agora omissos.-----

----- - De seguida, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues fez uma exposição/resumo sobre a fase agora decorrida do Orçamento Participativo, a fase da participação dos Municipais, a qual teve muita adesão mesmo acima do esperado, dando exemplo da última reunião que teve uma participação próxima das 500 (quinhentas) pessoas.-----

---Concluiu dizendo que, as propostas em número de 42 (quarenta e duas) vão agora para avaliação técnica, sabendo-se, contudo, que nem todas serão validadas. -----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, fez referência à obra do Lombinho, que liga a Vereda do Caires à Rua do Campo do Andorinha, no Lombo dos Aguiares, lançada no tempo em que era Vereador. Disse ter surgido um problema com o decorrer da mesma, que tem a ver com a canalização das águas que, agora se sabe, não deverá ser suficiente para correr para a linha de água natural, porque a impermeabilização da estrada fará aumentar o caudal. Que, a

solução irá passar por canalizar essas águas, garantindo segurança sempre que haja grande pluviosidade.-----

-----Continuando discorreu sobre as obras que tiveram lugar no Tecnoparque, lembrando que inicialmente se falou em aluguer de equipamentos. Mais tarde teve lugar obras nos balneários e foi dada uma resposta vaga sobre os procedimentos feitos. Ainda não entendeu o que está para ali decidido, deixando claro que nada tem contra a modalidade, conhecida como Padel, mas apenas quer transparência de procedimentos.-----

---Na prática o importante é saber como atribuir esses espaços, se por concurso ou não. Terminou dizendo que os equipamentos estão lá mas não sabe como foram adquiridos.-----

----- - Respondendo, o Senhor Presidente disse que tudo está claro e transparente. O apoio do Município ao primeiro torneio de Padel foi deliberado em reunião de Câmara, tendo o evento já ocorrido. Outra situação, é estando ali os campos e a mais-valia que representam, podem eventualmente continuar a ser utilizados. O que está a ser pensado é que a Frente MarFunchal em parceria com o Município venha a explorar o espaço, considerando a experiência que esta empresa tem na gestão de equipamentos desportivos, mas neste momento ainda não está nada decidido, pelo que não há informação adicional a prestar.-----

-----Continuando, e a uma questão levantada pelo Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, acerca da utilização dos campos, esclareceu que, neste momento, os mesmos não são

utilizados por particulares.-----

----- - No uso da palavra, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, perguntou se tinha havido algum desenvolvimento sobre o espaço onde estava a Polícia Judiciária e sobre os estacionamento que lhe estavam afetos.-----

----- - O Senhor Presidente respondeu que o Ministério da Justiça defende que o edifício foi atribuído para uso das funções judiciais no seu todo, pelo que o espaço onde estava instalada a PJ deve ficar para o Tribunal da Comarca. O que a Câmara já resolveu foram os estacionamento, tendo ficado reservado parte do espaço para parque de motos e para dois estacionamento de viaturas do Município, com todos os restantes para utilização da Comarca. “Estamos ainda a negociar a compensação financeira pelo usufruto do edifício, pois em julho passado o IGFEF cortou unilateralmente o pagamento da renda acordada em protocolo entre as partes. Existe a questão das obras que se pretendem realizar, um projeto de cerca de 3 (três) milhões de euros que serão suportados pelo Ministério da Justiça, e nesse seguimento não são fáceis as negociações que, como sabemos, já levam meses”, informou.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse que o Município vai perder a renda que antes a PJ pagava. O contrato que foi celebrado diz que as obras são responsabilidade do Tribunal. “O Município, como é do conhecimento público, intentou uma ação contra o Estado acabando por fazer um acordo extrajudicial para que fossem pagas as rendas, fez o registo do

imóvel, e agora parece que voltamos ao princípio. Deveria vir para conhecimento os fundamentos de ambas as partes”, salientou.-----

----- - O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, no uso da palavra, começou por solicitar que lhe fosse facultado o processo conhecido como “projeto do Toco”, pedindo, também, informações sobre os investimentos e custos das hortas urbanas, designadamente os arrendamentos celebrados com particulares para utilização dos terrenos.-----

-----Continuando questionou sobre as obras no Museu do Açúcar, que parecem não ter fim.-----

----- - Respondendo, o Senhor Presidente disse que com o 20 de fevereiro houve muita destruição de património obrigando a executar obras que, neste momento, já estão concluídas. Informou ainda que falta fazer o trabalho que permitirá abrir o Museu, nomeadamente o espaço de exposições de onde farão parte obras que foram emprestadas à Diocese e que vão voltar para o Museu do Açúcar.-----

----- - Pedindo a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referindo-se ao Museu do Açúcar relembrou uma proposta da CDU efetuada no mandato anterior sobre a criação da Rede das Cidades do Açúcar que tinha como centro a cidade do Funchal e o ciclo económico do açúcar que ligava o Funchal à Europa e às Américas. Proposta que nunca se concretizou e que deveria ser novamente impulsionada. Referiu também que o Funchal tem falta duma galeria para exposições, lembrando que a antiga Escola de

Belas Artes, anterior Conservatório de Música, imóvel pertencente à Universidade e que se encontra devoluto, poderia ser classificado como de interesse municipal e espaço para uma galeria, recomendando, neste sentido, que a Câmara contacte a Universidade para o efeito. Recordou que existem trabalhos e espólios significativos de Victor Caires e José Manuel Pimenta sobre a navegação e as rotas marítimas que passavam pela Madeira que deveria ser divulgado e potenciado. A Câmara deveria contactar com estas pessoas, porque é uma temática que valoriza a importância da cidade do Funchal nas rotas marítimas, e não envolve custos significativos. -----

----- - Intervindo novamente, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, abordou diversos assuntos, tais como:-----

--- - Percurso pedonal entre Santo António e Centro Cívico de São Martinho, onde são visíveis zonas de passeios e outros espaços que precisam de manutenção/arranjos, bem como outros troços sem passeios e proteção para os peões;-----

--- - Requalificação do parque empresarial junto ao Campo do Andorinha, que está num caos com os acessos em péssimo estado e sem passeios pedonais; -----

--- - Que, para o cruzamento das Courelas seria de fazer um estudo para implementar uma rotunda, evitando os muitos acidentes que ali acontecem;-----

--- - Alertou para o estado de degradação da estrada da Eira do Serrado; -----

--- - Propôs estudo sobre limitação de circulação de camiões na Estrada Comandante Camacho de Freitas, entre as Courelas e São Roque.-----

-----Finalizou, relevando o facto de o Município ter recebido um prémio associado ao combate ao mosquito. Aproveitou, neste sentido, para informar que no Caminho Velho da Ajuda, número quarenta e nove, existe um foco de águas estagnadas criador de mosquitos numa casa velha que se encontra abandonada, pedindo que seja interpelado o proprietário para a sua limpeza.-----

----- - Usando a palavra o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que está previsto melhorar os passeios existentes no percurso pedestre entre o Centro Cívico de São Martinho e Santo António, incluindo demarcar no asfalto passeios nas zonas onde estes não existem para proteção das pessoas, podendo mesmo vir a ser zonas de sentido único, se for essa a indicação do estudo que o Departamento de Trânsito tem em curso, bem como que vai ser disponibilizada informação no local sobre os benefícios da prática desportiva.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, tomando a palavra, e sobre a estrada da Eira do Serrado, disse que é uma estrada em parte municipal, sendo esta a que se encontra em melhores condições, a que vai até à Cota 500. Em mau estado, está a estrada regional do Túnel até à Eira do Serrado.-----

----- - Intervindo de novo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, fez referência à classificação das moradias do Infante,

questionando o facto de não ser publicitada a Carta do Património uma vez que o trabalho está feito. Disse também que existem edificações na Rua da Carreira não classificadas que deveriam merecer outra atenção. -----

-----Continuando e sobre a fusão das empresas de água e resíduos, cujo assunto já fora abordado, disse que gostaria que lhe fosse entregue o parecer enviado pela Câmara.-----

-----Sobre a exploração industrial da PREBEL, na Nazaré, disse que, apesar das diretrizes da Direção de Comércio e Indústria sobre a sua atividade, a verdade é que os moradores dizem que a situação não se alterou e pediu que a Câmara fizesse chegar à referida Direção Regional as preocupações das populações.-----

-----Depois, referindo-se à ata número 25/2013, disse que foi aprovada uma Resolução para avaliação do IMI do ponto de vista da localização. Não faz sentido, afirmou, que os imóveis conforme se localizem num ou no outro lado da rua, sejam tributados de forma muito penalizadora, quando por vezes os prédios que ficam no lado de maior valor comercial ainda sejam os beneficiados, dando como exemplo a Estrada Monumental. Propôs que se faça um levantamento em sede de localização dos imóveis das situações injustas para poder fazer-se as correções que forem necessárias. ---

-----Terminou abordando a publicação dum artigo do Prof. Raimundo Quintal sobre a remoção do lixo e do funcionário Ludgero Nunes, chefe do serviço de remoção, que teria sido afastado por fazer reivindicações. Disse que a mobilidade não pode

ser feita por decisão unilateral sem um procedimento administrativo em que seja ouvido o funcionário em sede de audiência prévia. Por não ser legal, admitiu que a decisão que foi tomada, e já executada, seja nula. Não pode aceitar a política do “se reivindicas, apanhas”, sabendo-se que para esse serviço o normal seriam dois e não apenas o funcionário Ludgero. Referiu que, como é do conhecimento, travou uma luta sobre o pagamento do trabalho por turnos. Não costuma identificar pessoas, mas neste caso concreto teve de ser.-----

----- - Respondendo a esta última questão, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, disse que o que está em causa é uma questão de serviço e não de pessoas. Houve advertências e nas intervenções da chefe de divisão não se chegou a acordo sobre o serviço em si, pelo que lhe foi proposta a sua mobilidade.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, pediu a palavra para dizer que não personaliza casos. Quem governa deve saber o que quer fazer. Por princípio não fala sobre pessoas, mas tem de dizer que este funcionário foi exemplar na disponibilidade e esforço aquando do 20 de fevereiro. Não parece que se possa de um dia para o outro decidir, como parece ter sido, sem apelo.-----

---Preocupação que não é isolada, e sim mais geral entre os funcionários e dirigentes onde é notório a sua desmotivação. Ou a gestão do pessoal é uma prioridade ou vai falhar a estrutura matricial de recursos humanos, sustentou-----

----- - O Senhor Presidente tomou a palavra referindo que

“estamos a falar de um caso particular. O conhecimento que temos é do desempenho de funções informado pelas chefias. O funcionário em causa terá todo o direito a ser ouvido e averiguaremos o que for necessário para não haver injustiças”. Ainda sobre os dirigentes, disse que todos terão o direito de se apresentarem aos concursos que decorrerão da nova estrutura orgânica, tal como todos os funcionários que cumpram os requisitos, sendo que, neste momento, estão a ser ouvidas as chefias para auscultar opiniões, antes de qualquer decisão ao contrário do que se fez no anterior executivo.-----

----- - Relativamente a este assunto interveio o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, para dizer que desde dois mil e treze caíram muitos departamentos e divisões para conformar com a orgânica aprovada de 2013, pelo que a haver desmotivação certamente vem de trás.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira respondendo às intervenções do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Miguel Gouveia, disse que os departamentos e divisões extintos foram por imposição legal, que veio fixar limites máximos de chefias. Inicialmente era preciso “cortar” 50% dos dirigentes. A ainda lei orgânica acolheu e prevê a renovação de comissões de serviço, para não prejudicar as pessoas nas suas expetativas o que agora não está a ser atendido.-----

---Terminou dizendo não entender porque recorrer ao exterior para fazer a lei orgânica, e só um ano depois.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, disse que houve uma preocupação na elaboração da lei orgânica em usar das prerrogativas previstas na Lei para prorrogar chefias. Nos seus pelouros não se previu renovações automáticas por sua iniciativa. Concluiu dizendo que sobre o funcionário Ludgero, quer ser melhor esclarecido nas próximas reuniões.-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, pronunciou-se referindo que as expetativas das pessoas devem ser sempre salvaguardadas.-----

----- - Retomando a palavra, o Senhor Presidente disse que os dirigentes têm conhecimento que as suas comissões de serviço têm uma conclusão. “Vamos partir do zero e dar oportunidade de concorrerem aos novos cargos. A razão para se ter contratado uma entidade externa, para elaborar o trabalho da nova estrutura orgânica, é exatamente por se mexer em pessoas, em colegas, pelo que consideramos que a opção tomada foi a correta. A razão para só agora se fazer uma nova lei orgânica é de que precisávamos de tempo para conhecer inteiramente todo o funcionamento da Câmara, dos seus serviços, e passado este tempo já temos outra visão e perspectiva do trabalho necessário a fazer internamente.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou como se procederia no caso das comissões que ainda não tinham acabado e se está ponderada a indemnização a que têm direito.-----

---Continuando a resposta, o Senhor Presidente ainda constatou: “no caso dos dirigentes cuja comissão de serviço continuaria, serão

salvaguardados pela indemnização legal a que têm direito pelo período em falta”.

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Moção da CDU, sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015:** - O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, apresentou a Moção em epígrafe, que abaixo se transcreve, defendendo que é mais um contributo sabendo-se que o Orçamento do Estado está ainda em apreciação na especialidade.--
---“O Orçamento de Estado para 2015 vem, uma vez mais, consagrar um conjunto de medidas e políticas dirigidas ao Poder Local e que irão provocar um aumento das dificuldades e constrangimentos a que as autarquias locais estão sujeitas, assim como condicionar a capacidade de intervenção e investimento no desenvolvimento local. Entre as diversas questões que se colocam verifica-se o agravamento do fosso entre volume de montantes transferidos e a regra geral prevista na Lei das Finanças Locais aferida a uma percentagem da média dos três impostos que relevam para o Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo de Financiamento das Freguesias. O mesmo Orçamento de Estado estabelece a consignação do crescimento do Fundo de Equilíbrio Financeiro resultante da Lei de Finanças Locais à realização da participação do Fundo de Apoio Municipal e consolidação

orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso), para além de impor restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores, determinar a obrigatoriedade de prestação de contas das verbas efetivas realizadas no âmbito do Fundo Social Municipal no domínio da Educação, com devolução das verbas não gastas e consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de são exemplos: a) – Retenção, em favor da DGAL, de 0,1% do FEF; b) – Por “violação” da redução em 10% do volume de pagamento a 90 dias não relevando para o efeito as dívidas pagas ao abrigo do PAEL; c) – Por “violação” da não redução de trabalhadores; d) – Pela “violação” das disposições sobre pessoal dirigente; e) – Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo; f) – Por não cumprimento da consignação do aumento IRS+IVA. Assim, a Câmara Municipal do Funchal delibera: 1º - Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado para 2015, que contribuem para o seu enfraquecimento; 2º Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que o faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias; 3º - Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das

condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta; 4º Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população”.-----

---Intervindo, o Senhor Presidente disse que está de acordo com muitos dos pressupostos da proposta em apreço. O Poder Local não pode ser um mero executor do Governo da República e mesmo do Governo Regional, tem a sua autonomia política e administrativa.-----

---Exemplificou com o FEF em que o Governo da República diz que houve aumento de transferências para os municípios da Madeira, mas o Município do Funchal recebe menos. Referiu ainda que a Lei das Finanças Locais contempla um travão máximo (5% da coleta total), fazendo com que 188 (cento e oitenta e oito) milhões de euros não sejam transferidos, como deveriam, para as autarquias.-
“Havendo um aumento de 17% na coleta dos impostos que contam para este efeito, ainda assim recebemos menos 400.000,00 (quatrocentos mil) euros, embora sem sabermos como fizeram as contas, que cálculos utilizaram, matéria que estamos a aguardar esclarecimentos para entendermos esse apuramento. E mesmo para os municípios que tiveram aumentos nem irão poder decidir onde e como usar os mesmos, porque vão consignados ao pagamento de empréstimos, ou seja, os principais beneficiários são

os Bancos. Sabemos que a Associação Nacional de Municípios fez uma proposta, que foi rejeitada pelo Governo da República, embora ainda se esteja em negociações, para que esses 188 (cento e oitenta e oito) milhões possam ser abatidos na componente de 50% dos municípios da RAM.-----

---Em sede de Recursos Humanos, o Orçamento de Estado para o próximo ano impõe aos municípios, que tenham despesas com o pessoal superior a 35% das receitas correntes, a impossibilidade de contratar novos funcionários, acrescido ainda da proibição de aumento de despesas com pessoal reportado ao ano anterior, quando sabemos que muitos municípios da RAM precisam de mais recursos” disse.-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, referiu que o Orçamento de Estado tem um conjunto de medidas que não subscrevem e têm as suas reservas. Tem outras positivas, às famílias, à fiscalidade verde e à reforma do IRS. É normal a CDU propor estas moções que é uma posição política. O PSD entende que é no parlamento nacional e não nas autarquias o fórum adequado para esta discussão.-----

---O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, lembrou que este é um orçamento pós Troika que tem pontos positivos, designadamente sobre a devolução da coleta e que a posição do deputado eleito pela Madeira foi de abstenção. Há verdades e inverdades na moção proposta pelo que vai se abster.---

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com abstenção

do PSD e do CDS/PP.-----

----- - **Proposta de Deliberação do CDS/PP “Alteração dos Regulamentos de Taxas, outras Receitas e Licenças do Município do Funchal e dos Serviços de Abastecimento de Água para o Concelho do Funchal”**: - (Esta proposta foi retirada sendo adiada a sua apreciação).-----

2 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA/TAXAS: - Perante o requerimento da Arsenal Art And Flavors, Unipessoal, Lda. (procº 42134/14), solicitando o pagamento em seis (6) prestações mensais das taxas de ocupação da via pública referente à esplanada do estabelecimento sito no Largo do Corpo Santo, números vinte e oito e trinta, freguesia de Santa Maria Maior, a Câmara, em função da informação da Divisão Financeira (datada de 07.11.2014) deliberou, por unanimidade, aprovar.-----

3 – URBANISMO:-----

-----**3.1 – Obras Particulares:** - Presente processo relativo ao pedido de isenção de taxas da obra de legalização do Mosteiro das Clarissas de Santo António, registado sob o número 39825 de vinte/outubro/dois mil e catorze, subprocesso número 2014000219.-----

---O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse que, tendo em conta o artigo 26 da Concordata, a Constituição da República e demais legislação avulsa deveria ser satisfeito o pedido, para isenção total requerida pela congregação.-----

--- - Colocado à votação, a Câmara aprovou, por maioria, com

abstenção do CDS/PP, a seguinte deliberação: “Não conceder a isenção total das taxas solicitadas pela requerente por falta de previsão legal, nos termos do nº 1 do artigo 4º, do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações nas Operações Urbanísticas, adiante designado por RMTCOU; Conceder a redução de 70% das taxas de emissão do alvará de licença de obra, nos termos do nº 2 do artigo 5º, do RMTCOU, atento ao estatuto da requerente (pessoa coletiva de direito canónico com fins religiosos) e aos fins de relevante interesse público que prossegue no município (celebrações religiosas que são dadas na capela e o culto religioso prestado à Santa Madre Virgínia com grande afluência da população); E conceder a redução de 50% da taxa municipal de urbanização, nos termos do nº 3, alínea b) do artigo 5º, do RMTCOU”.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** - “O PSD justifica o voto favorável de redução em vez de isenção de taxas, no parecer jurídico anexo ao pedido, que vai nesse sentido, sem prejuízo do mérito da requerente.”-----

4 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:-----

----- - **Prestação de serviços de representação jurídica do Município do Funchal “Processo nº 278/14.2BEFUN” – parecer prévio:** - Em face do respetivo processo (43476/14), a Câmara deliberou, por unanimidade, dar parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de representação jurídica do Município do Funchal referido em epígrafe, com Rui

Candelária Bettencourt, no valor de € 1.450,00 (mil quatrocentos e cinquenta euros).-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento de Contratação Pública, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 303/14, publicada nos locais de estilo